

# SUMÁRIO

## 1

<b>REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRA, INGRESSO, PROMOÇÕES E REMOÇÕES .....</b>	<b>23</b>
1. Estatuto da Magistratura Nacional .....	23
2. Poder Judiciário e regras de organização da Magistratura Nacional .....	24
2.1. Estrutura do Poder Judiciário .....	24
2.2. Competência para legislar sobre carreira da magistratura.....	26
2.3. Princípios sobre a carreira da magistratura: normas constitucionais de eficácia plena.....	28
3. Ingresso na carreira .....	28
3.1. Em primeiro grau de jurisdição.....	28
3.1.1. Fases do concurso público .....	29
3.1.2. Atividade jurídica.....	31
3.2. Acesso aos tribunais .....	33
3.3. Acesso ao Superior Tribunal de Justiça .....	33
3.4. Acesso ao Supremo Tribunal Federal .....	34
4. Movimentação na carreira .....	36
4.1. Promoção .....	36
4.1.1. Critérios de valoração de aperfeiçoamento técnico (Resolução ENFAM n. 8/2025) .....	37
4.1.2. Pode o juiz ter sua promoção recusada? .....	41
4.1.3. Outras possibilidades de negativa de promoção do magistrado.....	42
4.1.4. Ação afirmativa de gênero para acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau .....	42
4.1.6. Ação afirmativa em razão de deficiência na promoção por merecimento .....	45
4.2. Remoção .....	46
4.3. Permuta .....	48

4.3.1. Regulamentação de permuta entre magistrados estaduais .....	49
4.4. Programa Nacional Visão Global do Poder Judiciário .....	52
5. Para aprofundar .....	55
5.1. Idade para aposentadoria compulsória dos magistrados: ADI n. 5430 .....	55
5.2. Regime da previdência social dos Magistrados: ADIs n. 3.308, 3.363, 3.998, 4.802 e 4.803 .....	55
5.3. Inconstitucionalidade de abono permanência em atividade para magistrados criado por Lei Estadual: ADI n. 2952 .....	56
5.4. Competência originária do STF para ações de interesse da magistratura .....	56

## 2

<b>DIREITOS E DEVERES CONSTITUCIONAIS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA .....</b>	<b>59</b>
1. Direitos e garantias .....	59
1.1. Breve histórico das garantias constitucionais da magistratura ....	59
1.2. Garantias constitucionais funcionais .....	63
1.2.1. Vitaliciedade.....	64
1.2.2. Inamovibilidade.....	69
1.2.3. Irredutibilidade de subsídios .....	71
1.2.3.1. Emenda Constitucional n. 135/2024 .....	73
1.3. Garantias constitucionais institucionais.....	74
1.4. Prerrogativas da magistratura previstas na LOMAN.....	76
1.4.1. Agendamento para depor como testemunha .....	78
1.4.2. Prisão.....	78
1.4.3. Notificação ou intimação .....	80
1.4.4. Porte de arma .....	80
1.5. Férias, licenças e concessões.....	81
1.5.1. Férias .....	81
1.5.2. Licenças .....	81
1.5.3. Concessões .....	84
1.6. Condições especiais de trabalho para magistrados com deficiência.....	89

## SUMÁRIO

---

2. Deveres e vedações .....	91
2.1. Deveres do magistrado segundo a LOMAN .....	91
2.1.1. Independência, serenidade e exatidão .....	92
2.1.2. Não exceder prazos .....	92
2.1.3. Urbanidade.....	98
2.1.4. Residência na Comarca.....	99
2.1.5. Assiduidade .....	101
2.1.6. Fiscalização.....	102
2.1.7. Conduta .....	103
2.2. Vedações da Constituição Federal .....	105
2.2.1. Magistratura e Magistério.....	106
2.2.2. Custas ou participação em processo .....	109
2.2.3. Atividade político-partidária.....	110
2.2.4. Auxílios ou contribuições .....	113
2.2.5. Quarentena.....	115
2.3. Vedações da LOMAN .....	115
2.3.1. Atividade empresarial .....	116
2.3.2. Manifestação sobre processos .....	118
2.4. Magistratura e redes sociais.....	121
2.4.1. Compartilhamento de mensagem com manifestação político-partidária .....	127
2.4.2. Participação em grupo de WhatsApp .....	127
3. Para aprofundar .....	128
3.1. Equiparação de direitos e deveres da Magistratura e do Minis- tério Público .....	128

## 3

<b>CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL .....</b>	<b>133</b>
1. Deontologia .....	133
2. Histórico.....	136
3. Considerandos .....	138
4. Disposições gerais.....	142
5. Independência.....	143
6. Imparcialidade .....	146

7. Transparência .....	148
8. Integridade pessoal e profissional .....	150
9. Diligência e dedicação .....	154
10. Cortesia .....	155
11. Prudência .....	158
12. Sigilo Profissional .....	160
13. Conhecimento e capacitação .....	160
14. Dignidade, honra e decoro.....	162
14.1. Alteração do Código de Ética da Magistratura Nacional.....	163
14.2. Assédio sexual: infração disciplinar de natureza grave.....	164
15. Resumo dos Princípios do Código de Ética Nacional.....	164

## 4

### **SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....**

**169**

1. Corregedorias.....	169
1.1. Funções.....	170
1.2. Competência.....	171
1.3. Corregedoria do CNJ .....	172
2. Ouvidorias .....	174
3. Conselhos Superiores.....	176
3.1. Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	176
3.2. Conselhos da Magistratura.....	177
3.3. Conselho Nacional da Magistratura (CNM).....	177
4. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	178
4.1. Berço dos Conselhos de Justiça .....	178
4.2. Órgão do Poder Judiciário.....	179
4.3. Composição .....	180
4.4. Conselheiros .....	182
4.5. Competência.....	182
4.5.1. Administrativa e financeira .....	182
4.5.2. Cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.....	183
4.5.3. Não jurisdicional .....	183

4.5.4. Concorrente .....	184
4.5.5. Ações contra decisões do Conselho Nacional de Justiça.	185
4.6. Atribuições .....	185
4.6.1. Correcional.....	186
4.6.2. Regulatória .....	188
4.6.3. Gestão de dados.....	190
4.6.4. Coordenação das Corregedorias .....	190
4.6.5. Inspeções e correições .....	190
4.6.6. Planejamento e coordenação de políticas judiciárias nacionais .....	192
5. Para aprofundar .....	192
5.1. Reclamação Disciplinar (RD) .....	192

## 5

### **RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS .....** 193

1. Responsabilidade administrativa .....	193
1.1. Direito Disciplinar .....	193
1.2. Imunidade .....	194
1.3. Penalidades .....	197
1.3.1. Advertência .....	197
1.3.2. Censura.....	198
1.3.3. Remoção compulsória.....	198
1.3.4. Disponibilidade conforme Resolução n. 563/2024 do CNJ .....	199
1.3.5. Aposentadoria compulsória .....	203
1.3.6. Demissão .....	205
1.4. Procedimento disciplinar .....	206
1.4.1. Resolução n. 135/2011 do CNJ .....	206
1.4.2. Investigação preliminar .....	207
1.4.3. Processo Administrativo Disciplinar contra magistra- dos (PadMag).....	208
1.4.3.1. Princípios .....	208
1.4.3.2. Competência concorrente .....	208
1.4.3.3. Defesa prévia .....	208

1.4.3.4. Quórum para instauração .....	209
1.4.3.5. Prazo para ser concluído .....	209
1.4.3.6. Afastamento de magistrado .....	209
1.4.3.7. Manifestação do Ministério Público.....	210
1.4.3.8. Fase de citação de defesa.....	210
1.4.3.9. Fase de instrução probatória.....	210
1.4.3.10. Sessão de julgamento.....	211
1.4.4. Prescrição .....	212
1.4.5. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): Provimento n. 162/2024 do CNJ .....	212
1.4.6. Para aprofundar .....	219
1.4.6.1. Dosimetria da pena disciplinar .....	219
2. Responsabilidade civil .....	220
2.1. Panorama geral.....	220
2.2. Teoria da dupla garantia: Tema 940 do STF .....	221
3. Responsabilidade criminal .....	223
3.1. Foro por prerrogativa de função.....	223
3.2. Prisão.....	224
3.3. Perda do cargo .....	225
4. Independência das instâncias .....	227
5. Improbidade administrativa .....	227
6. Para aprofundar .....	228
6.1. Lei de Abuso de Autoridade.....	228

## 6

<b>PRINCÍPIOS DA CONDUTA JUDICIAL DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL.....</b>	<b>231</b>
1. Histórico.....	231
1.1. Grupo de Integridade Judicial ( <i>The Judicial Integrity Group</i> ).....	231
1.2. Objetivo .....	232
1.3. Dificuldades .....	233
1.4. Resultado do 1º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	233
1.5. Resultado do 2º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	233
1.6. Processo de Consulta.....	233
1.7. Princípios da Conduta Judicial de Bangalore.....	234

1.8.	Comissão de Direitos Humanos.....	235
1.9.	Comentários aos Princípios de Bangalore da Conduta Judicial ..	235
1.10.	Medidas para a Implementação eficaz dos Princípios de Con- duta Judicial de Bangalore.....	235
1.11.	Programa Global para a Promoção de uma cultura da legalida- de .....	236
1.12.	Como desenvolver e implementar Códigos de Conduta Judicial	237
1.13.	Retrospectiva do breve itinerário .....	237
2.	Observações Técnicas .....	238
2.1.	Os Princípios de Bangalore são um Código de Condutas?.....	238
2.2.	Os Princípios de Bangalore foram adotados em outros países?...	238
2.3.	São valores ou princípios? .....	238
2.4.	O que são padrões internacionais ( <i>international standards</i> )?.....	239
2.5.	Na elaboração dos Comentários aos Princípios da Conduta Ju- dicial de Bangalore quais as fontes utilizadas?.....	239
2.6.	Prefácio da edição brasileira.....	240
2.7.	Como ler os Comentários aos Princípios da Conduta Judicial de Bangalore? .....	240
3.	Preâmbulo.....	241
4.	Independência.....	247
5.	Imparcialidade .....	254
6.	Integridade.....	261
7.	Idoneidade .....	263
8.	Igualdade.....	269
9.	Competência e diligência .....	271
10.	Resumo dos Princípios de Bangalore .....	275
11.	Bangalore e o Conselho Nacional de Justiça .....	276
12.	Bangalore no ENAM (Exame Nacional da Magistratura) .....	276
13.	Código Ibero-americano de Ética Judicial .....	280
14.	Para aprofundar .....	288
14.1.	Direito Administrativo Global da Magistratura (DAG).....	288
14.2.	Código de Conduta para os membros da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.....	289
14.3.	Tutela multinível de direitos e os Princípios de Bangalore .....	289

<b>ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO .....</b>	<b>291</b>
1. Introdução .....	291
2. Estratégia Nacional do Poder Judiciário .....	293
2.1. Disposições gerais .....	294
2.2. Alinhamento do Poder Judiciário à Estratégia Nacional.....	295
2.3. Execução da Estratégia Nacional.....	296
2.4. Monitoramento e Avaliação da Estratégia Nacional.....	296
2.5. Governança.....	298
2.6. Encontros Nacionais do Poder Judiciário.....	298
2.7. Conceitos importantes sobre os Macrodesafios do Poder Judiciário .....	299
2.7.1. Macrodesafios da perspectiva da sociedade .....	299
2.7.2. Macrodesafios da perspectiva de processos internos.....	299
2.7.3. Macrodesafios da perspectiva de aprendizado e crescimento .....	301
3. Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário .....	304
3.1. Finalidade da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação .....	305
3.2. Conceitos definidos pelo CNJ para fins de enfrentamento do Assédio e da Discriminação .....	305
3.3. Quais os princípios e as diretrizes gerais da política de enfrentamento ao assédio e à discriminação no Poder Judiciário? .....	307
3.4. Gestão e organização do trabalho .....	308
3.5. Identificada situação de assédio no âmbito do Poder Judiciário, como realizar o acolhimento, o suporte e o acompanhamento do caso? .....	310
3.6. Procedimento da notícia de assédio ou discriminação .....	311
3.7. Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual.....	313
3.8. Infrações, procedimentos disciplinares e penalidades.....	315
3.9. Do alinhamento com o planejamento estratégico.....	316
3.10. Disposições gerais e finais.....	316
4. Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário .....	318

## SUMÁRIO

---

4.1.	Disposições gerais .....	318
4.2.	Definições.....	319
4.3.	Plano de Logística Sustentável .....	320
4.4.	Elaboração do Plano de Logística Sustentável .....	321
4.5.	Monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável....	322
4.6.	Unidade de sustentabilidade .....	323
4.7.	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.....	325
4.8.	Contratações sustentáveis.....	325
4.9.	Balanço de Sustentabilidade no Poder Judiciário .....	327
4.10.	Disposições finais e transitórias.....	328
4.11.	Programa Justiça Carbono Zero.....	330
5.	Sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário .....	333
5.1.	Definição e estrutura .....	334
5.2.	Diretrizes para concepção e implementação de sistemas de in- tegridade.....	334
5.3.	Elementos fundamentais que devem nortear o sistema de inte- gridade dos órgãos do Poder Judiciário.....	334
5.4.	Conceitos relevantes .....	335
5.5.	Comitê de Integridade do Poder Judiciário.....	335
6.	Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Ju- diciário.....	337
6.1.	Instituição da Política Nacional de incentivo à participação fe- minina .....	337
6.2.	Repositório Nacional de mulheres juristas .....	339
6.3.	Emprego obrigatório da flexão de gênero .....	340
6.4.	Bancas examinadoras para ingresso na carreira da magistratura	340
6.5.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau .....	341
6.6.	Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero	342
7.	Protocolo de julgamento .....	343
7.1.	Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	343
7.2.	Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial .....	345
8.	Medidas de tratamento racional e eficiente das execuções fiscais .....	351
8.1.	Tema 1184 do Supremo Tribunal Federal.....	352
8.2.	Diretrizes do CNJ para análise de execuções fiscais .....	352
9.	Balcão virtual.....	355
10.	Núcleos de justiça 4.0 .....	357

11. Juízo 100% digital .....	360
12. Política de gestão da inovação no âmbito do poder judiciário .....	364
13. Direitos das pessoas lgbtqia+ e formulário rogéria.....	369
14. Quilombolas .....	371
15. Vítimas da ditadura militar .....	376
16. População em situação de rua (popruajud) .....	380
17. Localização de pessoas e bens por oficiais de justiça.....	385
18. Sistemas de pesquisa de dados e busca de bens .....	387
19. Domicílio judicial eletrônico .....	387
20. Julgamento de processos em ambiente eletrônico .....	389
21. Litigância abusiva .....	392
22. Inventário, partilha, separação, divórcio e extinção de união estável pela via administrativa.....	395
23. Para aprofundar .....	398
23.1. A gestão do Gabinete dos Corregedores-Gerais.....	398
<b>8</b>	
<b>LEITURA OBRIGATÓRIA.....</b>	<b>401</b>
<b>9</b>	
<b>REVISÃO DO CONTEÚDO.....</b>	<b>403</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>485</b>
<b>PRECIOSIDADES HISTÓRICO-JURÍDICAS.....</b>	<b>489</b>